



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAI/2006 A ABR/2007

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.069.303	2.074
Pessoal Ativo	3.229.400	2.074
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.839.903	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art.18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19da LRF) (II)	335.988	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	335.988	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)		5.735.389
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		13.393.382
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III / IV)*100]		42,82%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 49.00%		6.562.757
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 46.55%		6.234.619

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

Notas:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II art.35 da Lei 4.320/64.

- O valor dos itens Pessoal Ativo e Pessoal Inativo e Pensionistas não inclui precatórios, indenizações por demissão e despesas de exercícios anteriores.
- A Despesa Líquida com Pessoal está apresentada de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado - TCE quanto à Prestação de Contas de Gestão Fiscal do exercício de 2000, adotando-se subsidiariamente, a orientação contida na Informação TCE 43/2001, no Parecer Coletivo 2/2002 e na Informação TCE 24/2004, aprovados pelo Tribunal Pleno nas sessões de 10 de outubro de 2001, 08 de maio de 2002 e 21 de julho de 2004, respectivamente. Neste sentido, não estão computados como despesa de pessoal os gastos com pensões, assistência médica, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-creche, bolsa de estudos, auxílio-funeral, abono de permanência e o Imposto de Renda Retido na Fonte da remuneração dos Servidores.
- A Contribuição Previdenciária dos Servidores, instituída pela Lei estadual 12.065 de 29 de março de 2004, está sendo deduzida das despesas com Inativos na proporção de 78,47% de mai/06 a dez/06 e de 78,66% de jan/07 a abr/07, do total arrecadado pelo IPERGS, relativo ao pessoal do Poder Executivo, conforme Instrução do TCE.

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado
CPF 154.198.190-15

Aod Cunha de Moraes Junior
Secretário da Fazenda
CPF 536.776.250-68

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 381.852.960-49
CRCRS 48.915



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2007

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	33.743.927	34.077.170		
Dívida Mobiliária	134.822	140.234		
Dívida Contratual	31.454.839	31.796.037		
Precatórios posteriores a 5/5/2000 (inclusive)	1.842.802	1.843.704		
Operações de Crédito inferiores a 12 meses				
Parcelamentos de Dívidas	309.423	295.155		
De Tributos				
De Contribuições Sociais	309.423	295.155		
Previdenciárias	194.593	180.332		
Demais Contribuições Sociais	114.830	114.823		
Do FGTS				
Provisões de PPP				
Outras Dívidas	2.040	2.040		
DEDUÇÕES (II)				
Ativo Disponível	415.193	413.943		
Haveres Financeiros	(69.266)	(87.096)		
(-) Restos a Pagar Processados	1.423.890	1.504.304		
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	3.670.243	3.927.054		
Precatórios anteriores a 5/5/2000	21.775	21.736		
Insuficiência Financeira	1.077.963	1.177.457		
Outras Obrigações	2.570.505	2.727.861		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)(III)=(I - II)	33.743.927	34.077.170		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.312.373	13.393.382		
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	253,47%	254,43%		
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	253,47%	254,43%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 243.64%	33.079.916	32.631.636		

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	272,74%	72,74%	4,85%	266,15%	274,06%	295,29%	288,02%	279,95%	280,00%	286,82%	283,33%	282,70%
% Limite de Endividamento				267,89%			263,04%			258,19%		
Exercício Financeiro	2005			2006			2007					
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre					
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º			
% da DCL sobre a RCL	278,31%	266,80%	257,79%	253,66%	254,30%	253,47%	254,43%					
% Limite de Endividamento	253,34%			248,49%			243,64%					

Notas:

- O limite definido pelo Senado Federal, conforme disposto na Resolução 40/2001, corresponde a 200% até 2016, sendo que o excesso verificado em 2001, de 72,74% no caso do Estado, deve ser reduzido a razão de 1/15 ano, ou 4,85% ao ano.
- A DCL foi recalculada desde 2001, para fins de elaboração da trajetória de ajuste, em virtude da inscrição no Passivo Permanente do Estado, em 31-12-2005, de R\$ 211.418.958,46 correspondente aos saldos devedores dos parcelamentos de débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, efetuados com fulcro na Medida Provisória 2187-12, conforme Termo de Amortização de Dívida Fiscal com o INSS firmado em 31-08-2001 e na Lei Federal 8212/91.
- Medidas Corretivas: a) Decreto Estadual nº. 44.880, de 01 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a execução orçamentária e o cumprimento de metas para o exercício de 2007, estabeleceu a programação financeira anual e cronograma mensal de desembolso, bem como determinou suas revisões bimestrais para servir de parâmetros para limitação de empenho e movimentação financeira; b) Decreto nº. 45.012, de 19 de abril de 2007, que dispõe sobre a execução orçamentário-financeira dos órgãos do Poder Executivo, das Fundações e Autarquias do Estado do Rio Grande do Sul para o exercício de 2007, estabelecendo limites para execução orçamentária da despesa; c) Projeto de Lei nº. 203/2007 que autoriza o Poder Executivo a renegociar o pagamento de despesas empenhadas e reconhecidas pelo Tesouro do Estado relativas ao exercício findo em 2006 e anteriores, viabilizando condições que possibilitarão a redução de desembolsos; d) Projeto de Lei nº. 204/2007, que Introduz modificações na Lei nº. 8.820, de 27 de janeiro de 1989, que instituiu o ICMS, na Lei nº. 10.045, de 29 de dezembro de 1993, que estabelece tratamento diferenciado às microempresas, aos micros produtores rurais e às empresas de pequeno porte, na Lei nº. 8.821, de 27 de janeiro de 1989, que instituiu o ITCD, e na Lei nº. 6.537, de 27 de fevereiro de 1973, que dispõe sobre o procedimento tributário administrativo, que potencializa a possibilidade de ampliação da arrecadação tributária; d) Planejamento estratégico no âmbito da Secretaria da Fazenda, vinculando metas; e) programas especiais de fiscalização, cobrança, monitoramento e controle do gasto público, intensificando a fiscalização setorial e a recuperação de créditos tributários
- O saldo da Dívida Consolidada, em 31/12/2006, está sendo ajustado, de modo a desconsiderar o Parcelamento celebrado entre o Estado e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul mediante Termo de Transação em dezembro de 2006, de acordo com as considerações constantes na Informação CAGE/GAB 91/2006.

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado
CPF 154.198.190-15

Aod Cunha de Moraes Junior
Secretário da Fazenda
CPF 536.776.250-68

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 381.852.960-49
CRCRS 48.915



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2007

RGF - Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (II)	398.589	378.147		
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	398.589	378.147		
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	398.589	378.147		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	13.312.373	13.393.382		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	2,99%	2,82%		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22.00%	2.928.722	2.946.544		

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias nos Termos da LRF				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)				

FONTE: Secretaria da Fazenda - Departamento da Despesa Pública Estadual

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado
CPF 154.198.190-15

Aod Cunha de Moraes Junior
Secretário da Fazenda
CPF 536.776.250-68

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 381.852.960-49
CRCRS 48.915



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL / 2007

RGF - Anexo IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES REALIZADAS ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	
	CREDOR	VALOR
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Externas		
Internas		
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)		
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = (I + II)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		13.393.382
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS sobre a RCL (I/RCL)		0,00%
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL (II/RCL)		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 16.00%		2.142.941
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA - 7.00%		937.537

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado
CPF 154.198.190-15

Aod Cunha de Moraes Junior
Secretário da Fazenda
CPF 536.776.250-68

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 381.852.960-49
CRCRS 48.915



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATÉ O 1º QUADRIMESTRE DE 2007

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	5.735.389	42,82%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49,00%	6.562.757	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	6.234.619	46,55%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	34.077.170	254,43%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	32.631.636	243,64%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	378.147	2,82%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.946.544	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	2.142.941	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	937.537	7,00%
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA/ INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

Yeda Rorato Crusius
Governadora do Estado
CPF 154.198.190-15

Aod Cunha de Moraes Junior
Secretário da Fazenda
CPF 536.776.250-68

Roberval da Silveira Marques
Contador e Auditor-Geral do Estado
CPF 381.852.960-49
CRCRS 48.915